

Justiça teria convocado o Senhor Governador do Estado da Guanabara para um movimento constitucional processando-se no Congresso, ou para um movimento de golpe contra as instituições.

Estamos numa zona crepuscular. E é por isso mesmo que precisamos ouvir os interessados para saber o que há de real, não apenas o Senhor Ministro da Justiça, que pela sua alta qualificação funcional merece ser considerado e ouvido, mas, também, o Senhor Governador do Estado da Guanabara, pela mesma razão, precisa esclarecer ao Congresso, ainda que em sessão reservada, se necessário, as razões que tem ou os fatos que possa apontar como perigosos para as instituições. Referidos os fatos e ouvidas outras pessoas citadas ou que estejam direta ou indiretamente envolvidas com esse acontecimento, a Câmara formará seu juízo para agir com isenção, mas, com justiça e ir até as suas últimas conseqüências. O que não pode é por covardia, pusilanimidade, ou irresponsabilidade, deixar em zona de sombra e crepúsculo tão graves e tão sérias acusações que estão intranquilizando profundamente a Nação, para que, então, não dê razão verdadeira para fechar-se esta Câmara, pois que ela nem ao menos tem instinto de conservação (*Muito bem*).

Assim, Senhor Presidente, quero, em meu nome individual, dar pleno assentimento a todas as providências que, com isenção, com espírito de justiça, mas com vontade de apurar os fatos, venham dar a esta Casa do Legislativo o seu papel de defender as instituições. Ela não crescerá, jamais, tão alto quanto no dia em que afirmar que disposição de sobreviver no regime, de ser a caixa de ressonância da opinião pública, de ser o porta-voz daquilo que o povo brasileiro quer profundamente, que é a ordem legal, a democracia consolidada e o respeito às instituições, a fim de que veja se são meros boatos, ou se esses entendimentos se passam

em ambiente boêmios, regados a *whisky*, que desapareçam da vida pública, porque a vida pública é coisa séria e deve ser preservada, não pode ser tratada com menos-prêzo, onde não podem os homens públicos dar espetáculos de destemperado ou de desinteresse pela opinião pública. Temos de estar atentos, porque é a sorte de uma coletividade que está em jogo. E isto é muito sério e grave para que se trate com displicência ou com ceticismo.

Sr. Presidente, estas as razões por que dou pleno assentimento a todas as providências que esta Casa pretende tomar para apurar os fatos, julgados e agir em conseqüência, em bem do regime e da preservação das instituições. (*Muito bem, muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado*).

O SR. MOACYR AZEVEDO (*Para encaminhar a votação*) * — Sr. Presidente, Srs. Deputados, vai a Casa apreciar requerimento de convocação do Sr. Ministro da Justiça, a fim de que venha a este Parlamento dizer o que há de verdade em relação às graves acusações formuladas pelo Governador da Guanabara e divulgadas por vários jornais desta capital e do Estado da Guanabara. O assunto é por demais grave. Não pode o Congresso ficar indiferente à sua natureza, que está, sem dúvida alguma a reclamar a atenção e o sangue frio de todos nós. Não podemos, absolutamente, permitir continue em nossa Pátria esse ambiente de apreensão, de angústias, de dúvidas e de incertezas sobre a sorte do regime.

Desnecessário se torna justificar a oportunidade do pedido e se venho a tribuna é tão-somente para focalizar um aspecto do problema. Ainda há pouco ouvimos a palavra do Deputado Padre Vidigal que, com o talento e cultura e o ardor que o caracterizam.

O Sr. Padre Vidigal — Obrigado a Vossa Excelência.

* Não foi revisto pelo orador.

O SR. MOACYR AZEVEDO — ... focalizou o assunto, chamando a atenção da Câmara para o fato de se haverem transformado os comparecimentos de outros Ministros de Estado em bilharecos, com demonstrações de cultura, de erudição, de talento, fugindo muitas vezes ao aspecto prático e negando-se a dar as respostas convenientes. Indagou o ilustre Padre Vidigal se o Regimento ia ser cumprido, eu já antevejo a resposta de Vossa Excelência, de que a Lei Interna não pode deixar de ser cumprida. Mas, para que possamos atingir nosso objetivo, para que o comparecimento do Ministro da Justiça não se transforme numa exibição de oratória, é necessário, é indispensável demos o exemplo e que os Deputados que se inscreverem para as interpeleções não façam desta tribuna um palco para demonstração da sua capacidade oratória, do seu talento e da sua erudição, dando ao Ministro também a oportunidade para se estender em considerações e divagações. É indispensável, repito, demos o exemplo, sendo precisos, concretos, sintéticos nas indagações, fazendo com que o Ministro tenha de responder em poucas palavras aquilo que perguntamos também em poucas palavras.

Dai o apêlo que faço neste momento aos meus ilustres colegas para que, quando o titular da pasta da Justiça aqui vier, não transformemos a tribuna em oportunidade para demonstrações oratórias, mas ouçamos dele aquilo que a Nação que saber, fazendo perguntas claras, sucintas, positivas, a fim de que possamos também ter respostas claras, sucintas positivas que elucidem definitivamente o fato (*Muito bem; muito bem*).

O SR. RAUL PILLA (*Para encaminhar a votação*) * — Sr. Presidente, não era meu pensamento, ao chegar a esta Casa, pedir a palavra, porque a questão que se propunha à Casa me parecia tão clara que dispensáveis seriam

* Não foi revisto pelo orador.

maiores considerações. A confusão, porém, me parece grande. Entram em debate considerações de ordem pessoal, invocam-se razões ideológicas. Nada disso está em jogo neste momento. O que se está decidindo é a sorte da instituição parlamentar. O que nos cumpre e, em primeiro lugar, dar uma demonstração de vitalidade e de autoridade (*muito bem; palmas*) e depois investigar o que de fato haja ou possa haver na denúncia feita de público pelo Sr. Governador Carlos Lacerda. Se quiséssemos descer à análise de precedentes pessoais ou históricos, de ambos os lados encontraríamos precedentes muito discutíveis. (*Muito bem*).

Assim, temos de prescindir de quaisquer considerações de ordem pessoal e ideológica. A Ideologia ficará para depois. Mesmo porque será inútil tratar de ideologia depois de um Congresso fechado. Portanto, cumpre-nos resolver isto: a Câmara deseja sobreviver ou não? Se não deseja sobreviver, mais cômodo será que cada um de vós vá para casa já. Se deseja sobreviver, tem de tomar com alto espírito, sem facciosismo, sem paixão, todas as providências cabíveis. Este o meu pensamento.

Senhor Presidente, aqui foi levantada, pelo nosso eminente colega Padre Vidigal, uma questão que desde muito me vem preocupando. É o processamento das sessões em que comparecem a esta Casa ministros e principalmente quando a Câmara se reúne em Comissão geral deviam ser, por natureza, reuniões completamente destituídas de formalidades, onde o Deputado pudesse falar uma, duas, três, quatro ou cinco vezes, interpellando o Ministro quantas vezes fôsse oportuno. Não se justificam nessas reuniões largas dissertações, muito menos teóricas e doutrinárias. É questão de fato. Quando a Câmara se reúne em comissão geral é para verificar fatos ou para apurar pontos de vista do Governo etc. De modo que seria de alta conveniência pu-